

Lei nº 352/69

Faz saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e encaminhou ao Prefeito Municipal, para sancção a seguinte Lei:

E. Pre. Juraci Araújo

Título I: Fixa a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, e dá outras providências.

Título I

Da Organização Administrativa

Artº 1º - A organização administrativa da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, é a seguinte:

I - Secretaria

II - Setor de Finanças

III - Setor de Obras, Usinas e Serviços Urbanos.

IV - Setor de Educação e Cultura.

V - Setor de Saúde e Serviço Social

Título II

Da competência

Artº 2º - A Secretaria é o órgão de assistência da Prefeitura para as funções administrativas, de relações públicas e de coordenação e ligação com os demais poderes e autoridades competentes. Ela ainda exerce as atribuições concernentes à administração geral da Prefeitura no que tange ao expediente, comunicações, arquivos, pessoal, material, a guarda e transporte

Artº 3º - O setor de finanças é o órgão encarregado da execução dos assuntos financeiros e fiscais da Prefeitura, bem como das atividades relativas a lançamentos e cadastros, arrecadação e controle de tributos e receitas municipais, a fiscalização dos contribuintes sobre as normas municipais, ao encerramento da despesa, a contabilização orçamentária, financeira e patrimonial, a elaboração e controle da

E. Pre. Juraci Araújo

Sexta
execução do orçamento e recebimento.

Artº 4º - O setor de Obras, Vias e Serviços Urbanos, é o órgão responsável pela construção e conservação das obras públicas, das vias e logradouros públicos, das estradas e caminhos municipais; pelo licenciamento e fiscalização de obras particulares; pelo serviço de limpeza e iluminação pública, manutenção dos parques, jardins e adeusas da cidade; pelas atividades de trânsito, administração de matadouros, mercados, feiras e semitírios; administração e operação do sistema de abastecimento de água e da rede de esgoto, e ainda pela fiscalização dos serviços públicos, concedidos permitidos ou autorizados.

Artº 5º - O setor de Educação e Cultura, é o órgão responsável pela execução das atividades educacionais e culturais do município, especialmente as referentes à educação primária e média, a manutenção de promoções cívicas e recreativas, a distribuição e controle da renda escolar.

Artº 6º - O setor de Saúde e Serviços Sociais, é o órgão que tem por objetivo a execução de atividades de assistência médica-social aos habitantes do município, mediante a administração de unidades de saúde e de promoção de bem estar e melhoria das condições de vida da comunidade.

Título III

Das Disposições Gerais

Artº 7º - A presente Lei será regulamentada pelo Prefeito municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, que aprovará por Decreto, o Regulamento Interno da Prefeitura, o qual discriminará a competência dos órgãos constantes do artigo 1º (princípios).

Artº 8º - Os profissionais que forem instalados os órgãos componentes da organização administrativa da Prefeitura Municipal, prevista nesta Lei, os atuais serão extintos automaticamente, ficando o Executivo autorizado a tomar as providências relativas a pessoal, verbas, atribuições e instalações.

Pref. Juraci Araújo

Artº 9º - Os despesas da execução desta lei serão pagas por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Artº 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, resguardadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Manaus,
ainda, Estado do Pará, em 21 de outubro de 1969.

Prof. Graciliano Aragão

José Ferreira Santos
SECRETÁRIO
José Ferreira Santos

Lei nº 353/69

Fico saber que a Câmara Municipal de Manaus, Estado do Pará, aprovou e o Prefeito Municipal, sancionou a seguinte Lei:

"Junta: Fixa a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Manaus, Estado do Pará, e dá outras providências.

Artº 1º - A Secretaria é o órgão de assessoria do Prefeito para as funções administrativa, de relação pública, e de ligação com os demais poderes e autoridades, competindo-lhe, ainda, exercer as atribuições concernentes à administração geral da Prefeitura, no que tange ao expediente, comunicações, arquivo, pessoal, material, geladearia e transporte.

Artº 3º - O setor de finanças é o órgão encarregado da execução dos assuntos financeiros e fiscais da Prefeitura, bem como das atividades relativas a encargos, arquivos, dívidas, arrecadação e controle de tributos e recetas municipais, a fiscalização dos contribuintes sobre as